



**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E FLORESTAL
- 2019 -**

01 Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, na sala
02 de reuniões do Instituto Brasília Ambiental, Edifício-Sede, no 4º andar,
03 reuniram-se os membros da Câmara de Compensação Ambiental e Florestal:
04 THIAGO DE ARAÚJO MENDES, Presidente da CCAF; JULIANA DE CASTRO
05 FREITAS, representando a Superintendência de Biodiversidade – SUBIO; PEDRO
06 HENRIQUE ZUCHI DA CONCEIÇÃO, representando a Universidade de Brasília –
07 UnB; ALISSON SANTOS NEVES, representando a Superintendência de
08 Licenciamento Ambiental – SULAM; REJANE PIERATTI, representando a
09 Superintendência de Gestão de Unidades de Conservação – SUC; RODRIGO
10 AUGUSTO RIBEIRO DE SOUZA e SUZZIE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA
11 VALLADARES, esta última como suplente, representando a Secretaria de Meio
12 Ambiente do Distrito Federal – SEMA; RICARDO RORIZ, representando a
13 Superintendência de Unidade de Administração Geral – SUAG; HUMBERTO
14 BERNARDO VALLI NAHUM WANDERLEY e FLÁVIA MORAIS MENDES,
15 representando a Superintendência de Fiscalização Ambiental – SUFAM; na
16 qualidade de convidados participaram MARIA ELZA MIRANDA ATAIDE,
17 representando a UNIPAZ; LADILUCY PEREIRA ARMOND, servidora do IBRAM;
18 LUIZ FELIPE ALENCAR, servidor do IBRAM, bem como os servidores LEO
19 HENRIQUE PEREIRA, SAMUEL DE JESUS SILVA LIMA e REBECCA SANTOS
20 COSTA, da Unidade de Compensação Ambiental e Florestal – UCAF, sendo
21 estes últimos no exercício da função de Secretaria Executiva da CCAF, para dar

Ata da 1ª Reunião Ordinária da CCAF - 2019



22 início aos trabalhos da primeira reunião ordinária da CCAF do ano de 2019, a
23 qual foi instituída pela Instrução IBRAM nº 330, de 30 de agosto de 2018, que
24 teve como pauta os seguintes itens: I – Destinação de recursos de
25 compensação ambiental pelos impactos decorrentes da atividade de exploração
26 mineral de cascalho, processo SEI-GDF nº 00391-00011860/2018-13, de
27 interesse de Azer Duarte de Melo; II – Destinação de recursos de compensação
28 ambiental pelos impactos decorrentes da implantação do parcelamento de solo
29 Bonsucesso, processo SEI-GDF nº 00391-00010732/2018-52; de interesse da
30 Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP; III – Destinação de recursos de
31 compensação ambiental pelos impactos decorrentes da implantação de
32 parcelamento de solo denominado Privê Residencial Mônaco, processo 00391-
33 00010732/2018-52, de interesse do Condomínio Privê Residencial Mônaco.
34 Verificado o *quórum*, foi dado início aos trabalhos pelo presidente da CCAF, o
35 Sr. Thiago Mendes, que após breve apresentação facultou a palavra aos
36 presentes para que estes também se apresentassem, considerando que a
37 composição do colegiado teve o ingresso de novos membros. Na sequência,
38 outorgou-se a palavra a Sra. Rebecca Costa, chefe da Unidade de Compensação
39 Ambiental e Florestal do IBRAM, para que procedesse à leitura da pauta e
40 introduzisse a discussão de seu primeiro item. Na apresentação do item I da
41 pauta, foi informado tratar-se de duas propostas para utilização dos recursos,
42 sendo uma proveniente da EDUC/IBRAM, que propôs a utilização de parte dos
43 recursos na confecção do almanaque do fogo, e a outra vinda da
44 Superintendência de Biodiversidade, que indica que parte dos recursos seja
45 destinada ao custeio das ações necessárias à realização do evento “II Simpósio
46 de Biodiversidade”. O servidor Luiz Felipe Alencar, da EDUC, apresentou aos
47 membros alguns aspectos relacionados ao almanaque do fogo, dentre os quais
48 o fato de a legislação afim prever ser obrigatório que os órgãos ambientais



49 promovam ações de educação ambiental relacionadas à prevenção de incêndios
50 florestais em Unidades de Conservação. O servidor defendeu que a ideia de
51 eleger o almanaque como o material ideal para as ações firma-se no fato de
52 que é uma publicação que visa deter a atenção do leitor para o tema exposto e
53 também que, pela sua qualidade, o incentive a reter o material consigo. O Sr.
54 Luiz Felipe Alencar informou ainda que o material será distribuído em blitz
55 educativas, que contam com a contribuição de outras instituições, como o
56 Exército Brasileiro. A proposta da SUBIO/IBRAM foi apresentada pela servidora
57 Ladyluce Armond, que informou aos membros que a proposta é para realização
58 do segundo simpósio de biodiversidade, que é um evento do IBRAM, com o
59 tema "Contribuições para Conservação e Biodiversidade do Cerrado", com
60 objetivo de proporcionar debates e apresentar iniciativas que contribuam para a
61 melhoria da qualidade ambiental do Distrito Federal. Após as apresentações,
62 iniciou-se a discussão sobre o item, ocasião em que o presidente da CCAF
63 facultou a palavra aos membros que porventura tivessem alguma dúvida acerca
64 das propostas. Na oportunidade, o Sr. Pedro Zuchi apresentou informação
65 constante dos documentos correlatos à proposta de que a SUBIO decidiu por
66 não acatar recomendação da Comissão Técnica Permanente de Avaliação de
67 Propostas de Compensação Ambiental e Florestal (CPPC) para utilizar sistema
68 de *QRCode* em vez de folhetos de papel, bem como de utilizar etiquetas de
69 identificação no lugar dos crachás e propôs que a CCAF decide sobre o caso.
70 Em resposta à colocação do representante da UnB, a Sra. Ladyluce Armond
71 explicou que entende e corrobora a preocupação da CPPC com a questão do
72 "lixo zero", mas que no entendimento da SUBIO as impressões do folheto têm
73 maior efetividade e não serão entregues a todos os participantes, mas apenas a
74 alguns técnicos e, no que se refere às etiquetas, defendeu que sua produção
75 utiliza derivado de petróleo e que o seu reuso não é viável para o segundo dia



76 do evento. A Sra. Suzzie Valladares defendeu o entendimento apresentado pela
77 CPPC no que se refere à utilização do *QRCode* como uma alternativa à não
78 geração de resíduos, mas com relação às etiquetas posicionou-se favorável à
79 confecção dos crachás, por entender que estes geram menos impactos
80 negativos. O Sr. Alisson Neves reforçou a importância do simpósio, destacando
81 o sucesso da primeira edição, e, quanto às questões levantadas, expôs que a
82 tecnologia do QRCode é muito conhecida, mas não é todo mundo que a utiliza
83 e que, caso se opte pelo seu uso, sugeriu que sejam instalados monitores nas
84 áreas de circulação do evento apresentando informações resumidas dos
85 assuntos e indicando a utilização do QRCode como uma ferramenta para se
86 acessar a integralidade das informações. O representante da SULAM aproveitou
87 a ocasião para questionar a ausência na pauta da proposta para custear o
88 evento "Agrobrásilia" com recursos de compensação ambiental. Em resposta, a
89 Sra. Rebecca Santos esclareceu que existem duas questões que explicam a
90 ausência da referida proposta na pauta, sendo a primeira que a equipe da
91 UCAF entende que o evento não se enquadra como passível de ser custeado
92 com recursos de compensação ambiental, mas sim com recursos de
93 compensação florestal e, a segunda que não existem recursos de compensação
94 florestal disponíveis atualmente que possam fazer frente aos custos do evento.
95 Por sua vez, a Sra. Juliana Freitas discordou do posicionamento da UCAF de
96 que a Agrobrásilia não é passível de ser custeada com recursos de
97 compensação ambiental, justificando que o público alvo do evento desenvolve
98 suas atividades em zonas de amortecimento de UCs, em APAs e em outras
99 áreas sensíveis. No que se refere à discussão sobre o II Simpósio de
100 Biodiversidade, a representante da SUBIO defendeu que as indicações para a
101 questão do "lixo zero" são válidas, mas deveriam ser consignadas para eventos
102 futuros, nos quais se possa ter mais tempo para planejamento, inclusive com a



103 criação de *sítes* contendo as informações sobre o evento, que desobriga o
104 usuário de ter que baixar um aplicativo de QRCode. Com relação aos crachás, a
105 Sra. Juliana mostrou-se solidária aos argumentos apresentados para a utilização
106 de crachás elaborados com materiais mais sustentáveis. O Sr. Pedro Zuchi
107 defendeu que o fato de muitas pessoas não possuírem o aplicativo do QRCode
108 não pode ser um impeditivo para sua utilização, já que o que se espera é uma
109 mudança de paradigma no uso dos recursos naturais, principalmente quando se
110 fala em ações custeadas com recursos de compensação ambiental, que devem
111 incentivar práticas mais sustentáveis. Quanto às impressões de materiais
112 gráficos para o Simpósio, o representante da UnB defendeu que existem formas
113 mais sustentáveis de se fazer a divulgação dos materiais, exemplificando o uso
114 atual de monitores de vídeo em substituição aos *banners*. A representante da
115 SUC demonstrou seu entendimento no sentido de que se deve utilizar eventos
116 como o simpósio e mesmo as *blitz* educativas para estimular a transição no uso
117 dos materiais com tecnologias como o QRCode. O servidor Luiz Felipe Alencar
118 esclareceu que, no caso do almanaque do fogo, o material em formato digital
119 já é disponibilizado em endereço eletrônico, que a tiragem impressa é pequena
120 e que em projetos futuros poderá ser iniciada a transição para materiais em
121 formatos digitais. O Sr. Thiago Mendes destacou o interesse de outras
122 instâncias do Governo do Distrito Federal em parte dos materiais produzidos
123 pela EDUC, inclusive o da Secretaria de Relações Internacionais em traduzir
124 parte desse material, visto que Brasília tem 130 embaixadas e o tema da
125 educação ambiental e meio ambiente de forma geral são atrativos para possível
126 captação de recursos internacionais, de modo que seria interessante incluir
127 essas instituições também em eventos como o simpósio. Após ampla discussão,
128 os membros do colegiado deliberaram, por unanimidade de seus membros
129 presentes, pela aprovação da destinação dos recursos da compensação



130 ambiental pelos impactos decorrentes da atividade de exploração mineral de
131 cascalho de que trata o processo SEI-GDF nº 00391-00012204/2017-57 para
132 custear a confecção do almanaque do fogo e a realização do II Simpósio de
133 Biodiversidade, nos termos constantes nas respectivas propostas. Na sequência,
134 passou à apresentação do segundo item da pauta, destinação de recursos de
135 compensação ambiental pelos impactos decorrentes da implantação do
136 parcelamento de solo denominado Bonsucesso, de interesse da TERRACAP,
137 para implantação de delimitação física e sinalização da Floresta Distrital dos
138 Pinheiros. Na apresentação, a Sra. Rejane Pieratti explicou que a criação da
139 Floresta decorreu da recategorização de parte do Parque dos Pinheiros, por
140 meio de decreto em 2017, e que a Unidade encontra-se completamente sem
141 cercamento, o que aumenta o temor de que, com a retirada da vegetação
142 arbórea pela empresa que detém o direito de exploração, ocorram invasões na
143 área. A Sra. Juliana Freitas mostrou-se favorável ao cercamento da área e
144 sugeriu que se pensasse em ações de recomposição da área à medida que a
145 colheita dos *Pinus* fosse avançando, de modo a não deixar o solo desnudo. Por
146 sua vez, o Sr. Alisson Neves esclareceu a área envolve algumas questões que, a
147 seu ver, devem ser resolvidas antes que se pense em ações como o seu
148 cercamento, já que a área é pública, mas a vegetação que constitui os talhões é
149 de uma empresa particular, que detém o direito à colheita e a fará, com
150 movimentação de maquinário pesado, o que pode ter interferência na cerca.
151 Além disso, o representante da SULAM demonstrou preocupação com o fato de
152 que a razão de ser da Unidade é a floresta e com a iminência da supressão
153 desta o seu futuro deve ser debatido, de modo que qualquer ação no sentido
154 de beneficiar a área considere qual o seu destino após a colheita. O Sr.
155 Humberto Wanderley defendeu que independente do destino que se dará à
156 UC, o cercamento é uma ação de cautela, que demonstra o cuidado e a

Ata da 1ª Reunião Ordinária da CCAF - 2019



157 atenção do poder público com a área, resguardando-a para posteriores ações.
158 O Sr. Pedro Zuchi manifestou seu entendimento no sentido de que o volume
159 de recursos que se propõe destinar é muito alto e a ação de cercamento pode
160 não ser efetiva se não houver uma estrutura de vigilância. O representante da
161 UnB defendeu ainda que as invasões se concretizam em grande parte das vezes
162 pela falta de sinalização das áreas, e que, diante das incertezas quanto ao
163 futuro da área apontadas pelo Sr. Alisson, ações menos dispendiosas como a
164 sinalização e outras formas de demarcação seriam mais aconselháveis. A
165 representante da SUC esclareceu que já existe um acordo entre a Administração
166 Regional do Paranoá para firmar um instrumento de cooperação que garantirá
167 a vigilância da área. O Sr. Ricardo Roriz manifestou-se favorável ao cercamento,
168 justificando que, independente do tipo de manejo que se dará a área
169 futuramente, ela continuará sendo uma UC. Com relação à recomposição da
170 vegetação, o representante da SUAG explicou que existem inúmeras
171 compensações florestais que podem ser utilizadas para isso. Após amplo
172 debate sobre a proposição, o colegiado deliberou pela aprovação da proposta,
173 por unanimidade dos membros presentes, para utilização dos recursos da
174 compensação ambiental pelos impactos ambientais decorrentes da implantação
175 do empreendimento denominado Bonsucesso no cercamento da Floresta
176 Distrital dos Pinheiros, na forma constante no processo SEI-GDF nº 00391-
177 00024188/2017-45. Registra-se que não foi objeto da deliberação o tipo de
178 cercamento que será feito na área e que o projeto de cercamento deverá prevê
179 dispositivo que facilite a movimentação das máquinas que serão utilizadas na
180 colheita florestal. Em seguida, iniciou-se a apresentação do terceiro item da
181 pauta, que apresenta duas propostas para utilização dos recursos da
182 compensação ambiental pelos impactos ambientais negativos decorrentes da
183 implantação do Condomínio Privê Residencial Mônaco, quais sejam, o custeio



184 de serviços de transporte para o programa “Parque Educador” e a aquisição de
185 materiais para manutenção das unidades de conservação do Distrito Federal.
186 No que se refere ao programa “Parque Educador”, o servidor Luiz Felipe
187 Alencar informou que é um programa que já vem sendo desenvolvido há
188 algum tempo como uma parceria entre o IBRAM, a Secretaria de Meio
189 Ambiente e a Secretaria de Educação e visa à utilização das UCs como espaços
190 pedagógicos da temática ambiental para alunos da rede pública, cabendo ao
191 IBRAM a disponibilização dos espaços e a cobertura dos custos de transporte
192 dos estudantes. Quanto à segunda proposta, a Sra. Rejane Pieratti explicou que
193 o IBRAM não dispõe de um contrato de manutenção que contemple as UCs, de
194 modo que o uso dos espaços públicos pelos usuários fica comprometido, razão
195 pela qual se propõe a aquisição de uma quantidade mínima de materiais que
196 possa ser utilizada pela mão de obra disponível no IBRAM para as ações de
197 manutenção das UCs, em caráter emergencial. O Sr. Pedro Zuchi manifestou
198 seu entendimento no sentido de que, a seu ver, cabe ao Poder Público arcar
199 com os custos de manutenção das Unidades de Conservação e caso se tenha
200 que utilizar recursos de compensação ambiental para tal a proposta não deve
201 ser genérica como a apresentada, já que cada Unidade tem uma demanda
202 específica. A representante da SUC afirmou que concorda com o
203 posicionamento de que cabe ao Poder Público a manutenção dos espaços
204 protegidos, mas diante da escassez de recursos orçamentários a compensação
205 ambiental torna-se uma alternativa paliativa. O senhor Thiago Mendes
206 esclareceu que o orçamento do IBRAM no ano passado para manutenção de
207 Parques foi zero, repetindo-se a mesma previsão para este ano, e defendeu que
208 a proposta é um paliativo e visa evitar o agravamento da precariedade das
209 estruturas dos Parques, enquanto a solução definitiva esta sendo trabalhada,
210 que envolve, entre outras coisas, a concessão onerosa do uso dos espaços



211 públicos dos Parques a particulares. Por sua vez, o Sr. Ricardo Roriz defendeu
212 que o instituto da compensação ambiental é uma forma de o empreendedor
213 causador de impactos ambientais negativos e significativos dar à coletividade
214 uma retribuição pelos impactos decorrentes de seu empreendimento, de forma
215 que os custos desses impactos sejam internalizados, e a forma como essa
216 retribuição é feita é por meio da implantação e manutenção de UCs, de modo
217 que a proposta de adquirir materiais que serão utilizados nas ações de
218 manutenção dos espaços protegidos ajusta-se perfeitamente ao instituto da
219 compensação, a seu ver. A Sra. Suzzie Valladares sugeriu que, no caso da
220 aquisição dos materiais, sejam apresentadas nas próximas reuniões da CCAF
221 informações dos quantitativos dos materiais à medida que estes sejam
222 utilizados, bem como quais UCs foram beneficiadas, de modo que seja possível
223 fazer o controle do uso. Após amplo debate, a Câmara de Compensação
224 Ambiental deliberou pela aprovação, por maioria de seus membros presentes,
225 da proposta para utilizar os recursos da compensação ambiental pelos impactos
226 ambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado
227 Condomínio Privê Residencial Mônaco no custeio do transporte de alunos para
228 do programa "Parque Educar" e na aquisição de materiais a serem utilizados
229 em ações de manutenção das Unidades de Conservação, nos termos das
230 propostas apresentadas nos processos SEI-GDF nº 00391-00001802/2019-62 e
231 00391-00002562/2019-13, respectivamente. O Sr. Pedro Zuchi votou
232 desfavoravelmente à aprovação da proposta para a aquisição de materiais para
234 manutenção dos Parques, justificando que a falta de diagnóstico das
235 necessidades prejudica a tomada de decisão. Quanto à proposta para o custeio
236 do programa "Parque Educador", o representante da UnB votou favorável à
237 aprovação e solicitou que ao final do programa os dados sejam apresentados
238 ao colegiado. Vencidos todos os itens da pauta, na parte de Informes Gerais,

Ata da 1ª Reunião Ordinária da CCAF - 2019



239 por solicitação do representante da UnB, ficou definido que as atas das
240 reuniões deverão ser anexadas aos respectivos processos. Ficou decidido ainda,
241 por solicitação dos representantes da SULAM, SUBIO, SEMA e UnB que seja
242 dada continuidade às tratativas administrativas para a destinação de recursos
243 de compensação ambiental para custear a realização da Agrobrasil, com
244 submissão da proposta ao colegiado na próxima reunião. O presidente da CCAF
245 informou, por fim, que os processos que tratam da destinação de recursos
246 serão disponibilizados integralmente para acompanhamento dos membros do
247 colegiado. Nada mais foi dito nem discutido. Eu, Samuel de Jesus Silva Lima,
248 servidor lotado na UCAF e, portanto, membro da Secretaria Executiva da CCAF,
249 conforme Instrução IBRAM nº 330, de 30 de agosto de 2018, redigi a presente
250 ata, que, lida e aprovada, segue rubricada e assinada por todos os membros
251 votantes que participaram da Primeira Reunião Ordinária da CCAF de 2019,
252 além dos representantes da Secretaria Executiva da CCAF.

THIAGO DE ARAÚJO MENDES

Câmara de Compensação Ambiental e Florestal
Presidente

JULIANA DE CASTRO FREITAS

Superintendência de Biodiversidade - SUBIO
Membro suplente

Ata da 1ª Reunião Ordinária da CCAF - 2019



ALISSON SANTOS NEVES

Superintendência de Licenciamento Ambiental – SULAM
Membro Titular

REJANE PIERATTI

Superintendência de Gestão de Unidades de Conservação – SUC
Membro Titular

PEDRO HENRIQUE ZUCHI DA CONCEIÇÃO

Fundação Universidade de Brasília – UnB
Membro titular

RICARDO RORIZ

Superintendência de Unidade de Administração Geral – SUAG
Membro titular

RODRIGO AUGUSTO RIBEIRO DE SOUZA

Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA
Membro titular

Ata da 1ª Reunião Ordinária da CCAF - 2019



HUMBERTO BERNARDO VALLI NAHUM WANDERLEY

Superintendência de Fiscalização Ambiental – SUFAM

Membro titular

REBECCA COSTA SANTOS

Secretaria Executiva da Câmara de

Compensação Ambiental e Florestal – SECCAF

SAMUEL DE JESUS SILVA LIMA

Secretaria Executiva da Câmara de

Compensação Ambiental e Florestal – SECCAF

LEO HENRIQUE PEREIRA

Secretaria Executiva da Câmara de

Compensação Ambiental e Florestal – SECCAF

Ata da 1ª Reunião Ordinária da CCAF - 2019

